

# A NÃO REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NAS TELENOVELAS BRASILEIRAS: O CASO “GABRIELA

## THE NON-REPRESENTATION OF BLACK PEOPLE IN BRAZILIAN SOAP OPERAS:

### THE GABRIELA'S CASE

Maria Cristina Giorgi<sup>1</sup>

Fabio Sampaio de Almeida<sup>2</sup>

Maria Vitória Silva Paiva<sup>3</sup>

**RESUMO:** Neste artigo temos como objetivo discutir o racismo institucional por meio da análise de um texto de Walter Avancini, no qual o diretor de televisão busca justificar a escolha de uma atriz branca para desempenhar o papel de Gabriela em novela da TV Globo. As referidas análises dialogam com o documentário *A Negação do Brasil* (2000), que versa sobre o papel atribuído aos atores negros nas telenovelas brasileiras. No que tange ao racismo, dialogamos com reflexões de Araújo (2000, 2001, 2008), Munanga (2006), Hall (2006). Com relação à linguagem, partimos do princípio dialógico proposto por Bakhtin (2000) e das reflexões de Rocha (2006) a respeito do papel de intervenção da linguagem. Nossas análises do texto de Avancini apontam para um discurso de perpetuação do estereótipo do negro em nossa sociedade, o que dificulta a desconstrução da hegemonia branca no imaginário coletivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo institucional. Telenovela. Discurso da mídia.

**ABSTRACT:** The aim of this paper was to discuss institutional racism through the analysis of Walter Avancini's text, in which the television director seeks to justify the choice of a white actress to play the role of Gabriela in TV Globo's soap opera. These analyzes dialogue with a documentary called *A Negação do Brasil* (2000), which deals with the role assigned to black actors in Brazilian soap opera. Concerning to racism, we dialogue with Araújo (2000, 2001, 2008) reflections, Munanga (2006), Hall (2006) and, regarding to language, we take the dialogic principle proposed by Bakhtin (2000) and Rocha (2006) reflections about the language's intervention role. Our Avancini's text analysis point to a speech that perpetuates stereotype of black people in our society, what makes hard to deconstruct white's hegemony in the collective imaginary.

**KEYWORDS:** Institutional racism. Soap Opera. Media discourse.



Vol.10 Número 20

jul./dez .2015

p. 573 - 583

<sup>1</sup>Doutora em Linguística pela UFF. Mestra em Letras pela UERJ e graduada em Letras Português Espanhol pela UERJ. Professora titular do CEFET-RJ dos ensinos Médio e Técnico e dos cursos de Pós-graduação stricto sensu de Relações Étnico-raciais e Filosofia e Ensino. cristinagiorgi@terra.com.br.

<sup>2</sup>Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor titular do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, atuando em cursos de graduação e nos cursos de Pós-graduação stricto sensu de Relações Étnico-raciais e Filosofia e Ensino. fabioesp@hotmail.com.

<sup>3</sup>Mestra em Relações Étnico-Raciais pelo CEFET/RJ. Graduada em Psicologia pela Faculdade Paulistana de Ciências e Letras e Especializada em Terapia de Casal e Família pela PUC-SP. Psicóloga clínica e institucional, terapeuta de família, casal e comunitária. cristinagiorgi@terra.com.br.

## Introdução

Infelizmente, ainda que possa parecer uma ideia fora de lugar falar de raça e racismo no século XXI, diversos autores como Munanga (2010), Hall (2006) e Oliveira (2006) nos lembram que – apesar do avanço da ciência, de as pesquisas em genética e em biologia molecular haverem provado não existir distinção entre raças, quando se trata de humanos, pois está comprovado que temos uma única origem –, como aponta Hall (2006), o conceito de raça atua como uma construção política e social, isto é, como categoria discursiva a partir da qual se organizam sistemas de hierarquização, exploração e exclusão socioeconômica de uns seres humanos sobre outros. E como mostram Borges e Giorgi

É esse funcionamento discursivo em situação cotidiana que nos interessa, pois a despeito de todas as comprovações científicas, o conceito de raça e todas as questões de estereotipia e de inferiorização ligadas a ele perpetuam-se no imaginário social brasileiro e é sua a materialização do racismo (...) (BORGES; GIORGI, 2014, p. 169).

Desse modo, temos como objetivo neste artigo colocar em discussão o racismo institucional a partir da problematização de fala do diretor Walter Avancini, reproduzida no documentário “A negação do Brasil” (ARAUJO, 2000), sobre a escolha da atriz que interpretou a personagem protagonista Gabriela, na adaptação televisiva, de 1975, do romance *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado. Optamos por relacionar a questão da mídia ao racismo institucional por dois motivos. O primeiro, por entender que o racismo institucional é um mecanismo significativo entre aqueles que permitem a manutenção das desigualdades entre brancos e negros no Brasil. O segundo porque fazemos uma aposta em práticas de linguagem e em diferentes suportes como entrada analítica para a dinâmica interventiva da linguagem e, dessa forma, de configuração da situação de interação na qual se torna relevante o apagamento do negro como etnia que compõe nossa sociedade, bem como a reiteração de seu papel marginalizado, construído e reforçado pela mídia nacional.

Reiteramos que o referido mecanismo reflete de que forma os meios de comunicação – segundo Almada (2012, p. 26), “administrados como bens patrimoniais de natureza familiar, gerenciados por elites descendentes dos grupos sociais que no passado histórico do país sempre gozaram de privilégios” –, legitimam, difundem e perpetuam enunciados sobre esse Outro. Em suma, enunciados carregados de valores negativos propostos por uma parcela da sociedade acerca desse Outro ao qual se opõem. Isso posto, trataremos de algumas questões referentes às nossas concepções acerca de pesquisa e de linguagem.

## De onde falamos

No que se refere ao modo como compreendemos o papel da pesquisa, nossa proposta se filia à Linguística Aplicada (doravante LA) transgressiva e indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), cuja pauta de investigação volta-se para a relação entre linguagens e práticas sociais, cuja visão de linguagem relaciona discursos e identidades sociais. Uma LA que busca reinventar formas de compreender o mundo a partir de uma concepção de sujeito múltiplo, contraditório e constituído dentro de diferentes práticas discursivas e relações de poder, que possibilite uma pesquisa crítica, que seja um modo de construir a vida social ao tentar entendê-la. Estamos, pois, alinhados a Fischer que nos lembra:

[...] chegamos a um momento em que se torna fundamental assumir, para a vitalidade de nossas investigações, que não estamos passando à margem dos graves problemas sociais, econômicos, educacionais, culturais, filosóficos, de nosso tempo. Da mesma forma, trata-se de assumir que não estamos

passando à margem das quase infinitas possibilidades que temos de ir além do senso comum, de produzir em nós e a partir de nós mesmos formas de existência para bem mais do que nos propõem as lógicas dominantes, sejam as do mercado, sejam as da sociedade estetizada do espetáculo, sejam tantas outras lógicas pelas quais somos subjetivados e que nos pautam cotidianos mínimos ou amplas políticas públicas em nosso país – sem falar das planetárias intervenções do mercado e das políticas financeiras internacionais que atingem os diferentes modos de vivermos hoje (FISCHER, 2002, p. 49).

E é buscando não apenas criar inteligibilidade, mas fundamentalmente intervir sobre práticas sociais racistas, possibilitando reinventar novos modos mais éticos de viver a vida social, que nos apropriamos de uma concepção discursiva de linguagem, na qual se destaca seu papel de intervenção e não apenas de representação de um dado estado de coisas, para usar as palavras de Rocha (2006).

Desse modo, a concepção de linguagem que assumimos é a do uso da língua como prática social e não como uma simples estrutura. Interessa-nos o modo como sujeitos situados sócio-historicamente interagem por meio de enunciados, uma vez que o dizer é sempre dialógico, uma reação-resposta a outras vozes e a outros discursos (BAKHTIN, 2000).

Bakhtin compreende que todo discurso é duplamente dialógico, ou seja, o diálogo se estabelece em dois planos simultâneos e interdependentes. Em um deles, o diálogo constitui o produto da interação entre um locutor e seu(s) interlocutor(es). No outro, o discurso figura como um elo na cadeia infinita de discursos, mantendo sempre relações com enunciados já produzidos anteriormente e provocando respostas de enunciados futuros. O dialogismo é um princípio fundador da linguagem que pode ser estudado pela identificação da polifonia, isto é, das diferentes vozes sociais que atravessam o discurso em sua construção de sentidos.

Nessa concepção, a própria noção de raça, como brevemente apresentada na introdução, pode ser entendida como uma construção discursiva (HALL, 2013; MUNANGA, 2010) dialógica, isto é, como um conceito sociocultural que atua na classificação e na hierarquização da diversidade humana que se produz como reação-resposta a um discurso historicamente situado. O que implica dizer que a noção de raça possui uma história. E para Munanga (2010), o problema não foi exatamente a tentativa, por parte de cientistas biólogos e geneticistas, de provar a suposta existência de raças humanas, mas o que daí decorreu, como explica o autor:

Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito, em nome de sua autoridade científica, de hierarquizar as chamadas raças, ou seja, de classifica-las numa escala de valores superiores e inferiores, criando uma relação intrínseca entre o corpo, os traços físicos, a cor da pele e as qualidades intelectuais, culturais, morais e estéticas (MUNANGA, 2010, p. 187).

Nesse sentido, fica bastante evidente o poder de intervenção da linguagem na construção de diferentes formas de vida; aqueles tomados como superiores, os brancos, e aqueles tomados como inferiores, os negros, nesse caso específico, mas também os indígenas. E é justamente analisando e problematizando esse discurso que podemos desnaturalizar e combater tais práticas que ainda perduram na contemporaneidade.

No entanto, no caso brasileiro, ainda é bastante complicado falar em racismo, uma vez que somos constantemente confrontados por um discurso – o chamado mito da democracia racial – que busca apagar a historicidade das desigualdades raciais e silenciar aqueles que sofrem seus efeitos. Baseado na tentativa histórica de branqueamento da população por meio da mestiçagem (MUNANGA, 2008) produziu-se uma ideologia que

vem dificultando a construção de uma identidade negra capaz de mobilizar a sociedade brasileira na luta efetiva contra o racismo.

A questão da mestiçagem no Brasil constitui um pensamento da elite que acreditava ser essa a solução definitiva. Assevera Munanga (2008) que o referido processo teve por objetivo eliminar da sociedade por meio da infusão de sangue branco ou da miscigenação o elemento considerando inferior e indesejado, o negro.

Bento (2002) destaca que a miscigenação ou o branqueamento é uma visão racista, que pretende levar o país a perder aos poucos as características negras e o negro a perder suas características raciais. A autora ainda cita que o estudo do branqueamento no Brasil possibilitou a identificação de um processo inventado e mantido pela elite branca e apontado por ela como um problema do negro brasileiro. Com essa ideia de o branco, de a branquitude ser o objeto da cobiça dos negros, ou seja, padrão de referência da espécie humana, a elite branca faz uma apropriação simbólica crucial que vem legitimando o autoconceito de sua supremacia econômica, política e social frente à raça negra.

De acordo com Guimarães (2002), a propagação de uma democracia racial, na verdade o mito da democracia racial foi, evidentemente, utilizado para a defesa do dominante e para a estagnação do grupo dominado. E não se pode negar que, pese à diversidade de etnias que formam o Brasil, a clara desvantagem do grupo negro, uma vez que o citado mito da democracia racial, ao fortalecer o branco e invisibilizar o negro, impossibilita ou ao menos dificulta o reconhecimento da existência de racismo. A relação entre o racismo institucional e o papel ocupado por negros e negras na mídia em geral se justifica quando entendemos o primeiro como propõe Lopez (2012, p. 127)

processos de discriminação indireta que ocorrem no seio das instituições, resultantes de mecanismos que operam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos. A essa modalidade de racismo convencionou-se chamar de racismo institucional, em referência às formas como as instituições funcionam, contribuindo para a naturalização e reprodução da desigualdade racial. O racismo institucional, tal como o definem Silva et al. (2009), não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação (como poderiam ser as manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial, tal qual reconhecidas e punidas pela Constituição brasileira). Ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades.

E nossa escolha pela telenovela está de acordo com Borelli (2001, p. 29), para quem:

A telenovela apresenta-se como um dos principais produtos da televisão brasileira e esta, por sua vez, como um dos mais significativos meios de comunicação, fundamental na consolidação do projeto de modernização no Brasil. Além de produto da indústria cultural, a telenovela – forma seriada, território de ficcionalidade – constitui-se em elemento de mediação entre produtores e cotidiano dos receptores.

### **O espaço ocupado pelo negro em nossas telenovelas**

Circulam no Brasil discursos de que o nosso país é o paraíso da miscigenação. Pretende exemplificar essa *realidade* uma excessiva exploração da beleza da mistura de raças presente em nossa sociedade pela mídia no período de carnaval, em especial pela televisão. Porém, cotidianamente, nas telenovelas e nos comerciais, essa diversidade, valorizada e até promovida como sendo o espetáculo da miscigenação, não existe. De fato, “A telenovela

brasileira e os comerciais continuam confirmando a vitória simbólica da ideologia do branqueamento e da democracia racial brasileira” (ARAÚJO, 2000, p. 38).

A dificuldade que têm as telenovelas em representar o negro na família e na vida privada é evidente; na maioria das vezes, quando há um personagem negro na dramaturgia esse é representado, nos espaços domésticos, como escravo, empregado doméstico; nos espaços da rua, de modo estereotipado, como malandro, vagabundo, ex-presidiário. Reforça-se, desse modo, a imagem negativa que se tem desse negro.

Como nos confirma Araújo (2000), a população negra não se vê contemplada dentro desse cenário. De fato, ocorre na telenovela o que se perpetua em nossa sociedade e é naturalizado pelos discursos daqueles que estão em situação de privilégio – a elite branca – ocupando a posição que sempre ocuparam e os negros satisfeitos com o lugar que lhes é destinado, e, de preferência, sem protestos.

Aproximando nosso texto de momento mais atual, trazemos como exemplo a telenovela *Lado a Lado* do diretor Dennis Carvalho, exibida pela Rede Globo entre 10 de setembro de 2012 e 8 março de 2013, cujo tema era o período de transição da escravidão no Brasil para a República. Consequentemente, a maior parte do elenco era composta de pessoas negras. Cabe acrescentar que a obra exibida em seguida, contudo, retoma questões contemporâneas, tendo agora como cenário uma linda praia do litoral nordeste brasileiro. É intrigante observar que, mais uma vez, praticamente não há representantes da população negra, como se os negros estivessem restritos ao universo da escravidão no país. Não há nessas obras de ficção, diferenças entre nortistas, sulistas, nordestinos e sudestinos que não sejam marcadas por estereótipos.

Retornando ao universo dos negros, confirma-se a asseveração de Joel Zito de que:

Examinar a representação dos atores e das atrizes negras em quase 50 anos de história da telenovela brasileira, principal indústria audiovisual e dramaturgicamente do país, é trazer à tona a decadência do mito da democracia racial, sujando assim uma bela, mas falsa imagem que o Brasil sempre buscou difundir de si mesmo, fazendo crer que a partir de nossa condição de nação mestiça superamos o “problema racial” e somos um modelo de integração para o mundo. Nenhum dos grandes atores negros parece ter escapado do papel de escravo ou serviçal na história da telenovela brasileira, mesmo aqueles que quando chegaram à televisão já tinham um nome solidamente construído no teatro ou no cinema, como Ruth de Souza, Grande Otelo, Milton Gonçalves e Lázaro Ramos. Essa afirmativa pôde ser constatada na pesquisa que fizemos sobre a representação do negro na história da telenovela brasileira, que deu origem ao filme e livro *A negação do Brasil* (ARAÚJO, 2008, p. 979).

Ainda segundo o mesmo autor (2008, p. 980) desde a década de 60, pouco mudou no que concerne ao espaço ocupado pelo negro na televisão brasileira: subalterno, de estereotipadas escravas, empregadas domésticas hilárias ou torpes, mulatas sedutoras e destruidoras de lares. A predominância, certamente, é das empregadas domésticas. Por meio das telenovelas consolida-se, assim, além da inferioridade social dos negros e as relações paternalistas entre patrões brancos e empregadas negras, a ideia de uma democracia racial brasileira e da convivência pacífica entre as raças. E o eterno olhar que associa a mulher negra, *mulata*, à sensualidade e erotismo.

Dado assustador é o fato de até o final dos anos de 1990 não ter havido nenhum personagem negro em um terço das novelas globais, e em apenas em um outro terço esse percentual chegou apenas a um pouco mais de 10%, marca ínfima em um país com uma população de aproximadamente 50% de afrodescendentes (ARAÚJO, 2008, p. 981). Comprova-se, assim, o descompasso entre a realidade étnico-racial brasileira e sua representação nas telenovelas.

Narrado esse percurso, pensamos que o texto de Avancini, além de ser bastante atual, não deixa de ser, de certo modo, um elo anterior na cadeia dos discursos sobre o negro

na teledramaturgia, provocando respostas posteriores a ele, até mesmo pela relevância que teve o diretor no âmbito da teledramaturgia nacional.

Essa relatada ausência de negros nos meios de comunicação brasileiros é uma preocupação antiga do movimento negro. Cronologicamente, desde a década de 70, quando, após a ditadura militar, o Movimento Negro Unificado (MNU) retomou sua militância, já se preocupava com a representatividade dos negros nos meios de comunicação e apresentava ações voltadas para as questões do negro na mídia. Todavia, outras ações foram organizadas nos anos anteriores devido à pressão feita pela população negra a propósito da criação do código Brasileiro de Telecomunicações, culminado no artigo 53 da Lei número 4117, de 27 de agosto de 1962, cujo foco era coibir a prática de racismo nos meios de comunicação. A lei ainda previa punição para os infratores, incluindo a cassação do alvará de funcionamento da empresa infratora. Desse modo,

O que constatamos aqui é que a própria mídia televisiva propende a ser mais um veículo de reforço simbólico da política de invisibilidade da desigualdade e da discriminação racial, o principal meio de comunicação na imposição de um modelo cultural e estético euro-americano e de continuidade da política do branqueamento (ARAUJO, 2000, p. 68).

Contudo, as tentativas não foram suficientes para que o negro alcançasse maior visibilidade na nossa teleficção. Exemplo desse modelo de perpetuação da exclusão dos negros representando papéis universais foi a escolha de uma atriz branca, Lucélia Santos para protagonizar uma heroína negra na telenovela *Escrava Isaura*. Passamos a seguir aos comentários analíticos acerca do discurso de Avancini.

### **Dialogando com o texto de Avancini**

O romance *Gabriela, cravo e canela* de Jorge Amado publicado em 1958 que dá origem à telenovela dirigida por Avancini, exibida pela rede Globo pela primeira vez em 1975, narra a história de Gabriela, uma jovem “mulata”, marcada pela sensualidade, que vivia numa cidade do interior da Bahia. Antes de falarmos da novela, algumas considerações no que tange ao romance se fazem necessárias. Segundo Proença Filho (2004) ainda que excepcionais, as obras do autor baiano reforçam a imagem do negro erotizado, objeto sexual, fenômeno conhecido por nós desde a *Rita Baiana*, de *O cortiço*. Sendo assim,

a ficção do excepcional romancista baiano contribui fortemente para a visão simpática e valorizadora de inúmeros traços da presença das manifestações ligadas ao negro na cultura brasileira, embora não consiga escapar das armadilhas do estereótipo. Basta recordar o caso do ingênuo e simples Jubiabá, do romance do mesmo nome, lançado em 1955, e da infantilizada e instintiva Gabriela, de *Gabriela, cravo e canela* (1958), para só citar dois exemplos. A seu favor, o fato de que, na esteira da tradição do romance realista do século passado no país, a maioria de suas estórias inserem-se no espaço da literatura-espelho e, no caso, refletem muito do comportamento brasileiro em relação às mulheres que privilegia (PROENÇA FILHO, 2004, p. 166).

De qualquer modo, é inegável que, ao menos, ao longo do romance, a personagem é denominada mulata (*mulata Gabriela, mulata bonita*) e por diversas vezes, seu nome Gabriela é substituído pelo termo mulata.

Nesse sentido, justifica-se o estranhamento que pode ser causado, mais uma vez, a opção por uma atriz não negra – porque, no Brasil, Sônia Braga não é um exemplo de mulata –, para desempenhar o papel da Gabriela.

O documentário *A negação do Brasil* (ARAUJO, 2000) ilumina a discussão acerca do lugar ocupado pelos afrodescendentes nas nossas telenovelas. Novamente inferiorizados,

exercendo funções subalternas, ou estereotipados em figuras de jagunços e feitores e as pouco originais empregadas domésticas. Compreende-se então que o modo como as populações negras são representadas na televisão, não apenas as desqualifica como também reforça e mantém a supremacia do modelo europeu, ou euro-descendente como padrão estético de beleza e, logicamente, de superioridade intelectual. Ratifica-se o lugar hegemônico do branco e, também, o lugar inferior tanto dos oriundos da África como os das populações nativas.

É no contexto de tais discussões que o diretor de televisão Walter Avancini é trazido a falar sobre a escolha da atriz que interpretou a personagem Gabriela na telenovela em questão. Transcrevemos a seguir os dois fragmentos de seu discurso, reproduzidos no documentário de Araújo:

Nós tivemos um acontecimento na novela Gabriela de Jorge Amado onde, a princípio deveria ser uma atriz negra ou mulata para representar o papel de Gabriela.

Houve aquele fenômeno, não havia no mercado realmente ninguém preparado, nenhuma atriz preparada naquele momento. Eu fiz teste com aproximadamente oitenta atrizes negras com alguma possibilidade, dentro do biótipo também do Jorge Amado que era descrito.

Dei de frente com essa impossibilidade que seria realmente levar ao desastre se eu insistisse em colocar uma atriz não preparada para o papel, desastre da própria atriz negra, do próprio conceito das possibilidades do ator negro, seria a reafirmação dos reacionários que o ator negro não tem talento, na verdade ele não teve foi possibilidade cultural de enfrentar esse mercado de trabalho artístico.

A solução foi procurar um tipo brasileiro que não fosse mulata, mas que fosse cabocla. A Sonia Braga tem esse tipo mestiça, na minha opinião, ela tem todo biótipo da mestiça e preparada para o papel, como foi feito.

(...)

Um outro fator também que afastou o negro da televisão é o mesmo fator que afastou o pobre da telenovela, o autenticamente pobre, aqueles sei lá, 30% com nível de miserabilidade que se encontra até hoje neste país.

Não seria conveniente do ponto de vista do marketing, digamos assim, enfocar isso nas telenovelas. Seria mostrar um mundo que poderia incomodar o próprio telespectador de classe média porque a televisão dos anos 70 a 90 era dirigida especificamente para uma classe média e um pouco da classe alta. O público menos favorecido, esse não tinha espaço porque não era uma boa estética para a televisão (ARAÚJO, 2000a).

Faremos algumas considerações a respeito do discurso de Avancini, que procura justificar a não escolha de uma atriz negra para representar o papel da personagem Gabriela, argumentando a ausência de uma profissional, na época, preparada para representar um papel tão importante na dramaturgia.

No fragmento

Houve aquele fenômeno, não havia no mercado realmente ninguém preparado, nenhuma atriz preparada naquele momento. Eu fiz teste com aproximadamente oitenta atrizes negras com alguma possibilidade, dentro do biótipo também do Jorge Amado que era descrito.

Em “aquele fenômeno”, o uso do demonstrativo indica que o fenômeno é conhecido e não algo que acontece agora. Desse modo, podemos entender que o fato de não haver uma atriz negra preparada para o papel coincidia com o que ocorria cotidianamente. Mesmo assim, o diretor faz testes com mulheres que chamou de biótipo de Jorge Amado, que apresentam “alguma possibilidade”. E nesse caso o indefinido anteposto ao substantivo reitera a má qualidade das atrizes negras, que no máximo, possuem um mínimo de possibilidade que não é suficiente para que desempenhem o papel de Gabriela.

Assim, é possível identificar que o diretor se afasta – e afasta também a empresa na

qual trabalha – de qualquer atitude racista, visto que a ideia era contratar uma mulata, mas essas, contudo, não estavam, infelizmente, à altura da personagem.

E reforça sua fala convocando seu coenunciador a pensar que se caso tivesse contratado essa atriz negra, as consequências seriam negativas, pois os reacionários, os Outros, confirmariam a tese de que “ator negro não tem talento” quando, conforme “na verdade ele não teve foi possibilidade cultural de enfrentar esse mercado de trabalho artístico”. Interessante aqui notar como há apenas um ator negro, aquele que não tem qualidade porque não teve possibilidades. Entendemos ser essa mais uma pista do racismo que está arraigado em nossas instituições e impregnado em nossa sociedade, manifestado por meio de atitudes e discursos que reforçam o estereótipo no lugar da pessoa. Ou como nos traz Bento (2002) o branco representa a si mesmo, ao passo que o negro é visto não como indivíduo, mas apenas na sua coletividade.

Reafirma-se, portanto, o que já foi dito acerca do lugar hegemônico do branco e do lugar inferior dos negros. O discurso do diretor coloca os segundos fora da cena da história das telenovelas brasileira, além de reforçar quer o discurso de que a culpa é do negro que não está tecnicamente preparado para o mercado do trabalho artístico, quer o de que há falta de oportunidade para atores e atrizes negros.

Retornando à fala sobre as atrizes negras com “alguma possibilidade”, uma observação se faz necessária: se não havia naquela época atrizes negras preparadas para representar papel tão importante, por que foram entrevistadas mais de oitenta delas? Ou seja, havia tantas atrizes negras, no entanto, todas elas sem o preparo que a importância do papel exigia, do ponto de vista do diretor? Ou será que o pertencimento étnico racial das atrizes que atuavam naquela época por si só justificava o fato de serem preteridas em detrimento de uma estética adequada? E, é certo que, se a estética do negro não é adequada, a estética ideal é a branca, dos padrões europeus. Nesse discurso hegemônico, o negro e o pobre representam a feiura, revelando-se deste modo o que se deseja negar, ou seja, a existência de vozes dissonantes, polifônicas. O discurso de Avancini, dessa forma, dialoga, é construído na sua relação com o Outro aqui representado pelo veículo de comunicação o qual representa e se alinha às suas concepções padrões que, por sua vez, é voz do seu grupo de pertencimento.

Dialoga com uma voz que sustenta uma ideologia dominante que classifica, empacota, padroniza e determina o que os telespectadores devem consumir. Escolha feita por aqueles que têm legitimidade para tal, os donos, sócios e pessoas com poder de negociação, persuasão e decisão nos meios de comunicação, por meio de narrativas que não se apresentam no sentido de provar a inferioridade da raça negra, e sim no de justificar sua ausência nas telenovelas devido ao seu despreparo, ou seja, por sua própria responsabilidade.

Não podemos, entretanto, deixar escapar o fato de que, se o diretor, afirmando que os artistas negros desde sempre tiveram menos oportunidades para estudar, ou de se preparar em boas escolas, confirma que os negros, passados mais de cem anos da abolição da escravidão, continuam excluídos de alguns espaços de educação, cultura e trabalho destinados aos brasileiros brancos.

A ideia de projeção do branco em objeto da cobiça dos negros, isto é, padrão de referência de todo um grupo, como já anteriormente discutido neste artigo, fortalece a autoestima e o autoconceito do primeiro grupo em detrimento do segundo. Apropriação essa que acaba por legitimar a supremacia econômica, política e social desse grupo, (BENTO, 2002). Relevante é o fato de que também pode ser compreendida nas palavras de Walter Avancini a ideia de que o negro serve apenas para representar o próprio negro quando afirma que as telenovelas dos anos 1970 a 1990 eram dirigidas para a classe média e alta, pois é sabido que a ascensão social dos negros é ainda recente neste país. Dialogamos,

assim, com as conclusões de Fonseca:

Foi assim que os negros conheceram a outra face da escravidão: a marginalização, a discriminação e o racismo, como naturalização de processos sociais que buscam manter o negro na condição subalterna, particularmente no meio urbano (FONSECA, 2009, p. 42).

Em suma, a justificativa do diretor para a ausência de atores e atrizes negros nas telenovelas é a de que de o Brasil não se vê representado pelos mesmos, confirmando a reprodução do discurso da exclusão justificando que o negro não é adequado, para representar a classe média e a elite brasileira. Evidencia-se um descompasso entre o discurso de Avancini a respeito das atrizes negras na década de 1975 e os dados apresentados no documentário de Araújo, dado que no o último, entrevista atrizes negras, com “inegável e excelente nível cultural”, além de preparo técnico para interpretar qualquer personagem. No entanto, foram preteridas com o argumento de não serem “adequadas”. Cabe acrescentar que essas mesmas artistas, ainda hoje continuam desempenhando papéis secundários nas telenovelas.

No último item, apresentamos nossas breves considerações acerca do exposto ao longo deste artigo.

### **Algumas reflexões**

Nossa primeira consideração é que, ao negar a representatividade da diversidade racial constitutiva do nosso povo, a telenovela reforça o racismo institucional. Quando opta pelo grupo racial branco, nega o Brasil real e o negro permanece numa posição inferior, como o representante da falta de beleza e da inferioridade humana (ARAÚJO, 2000). Por isso, defendemos a importância da desconstrução de certos discursos para questionar e impedir que certas verdades continuem hegemônicas, a partir de subjetividades que negam a realidade de uma cultura, de uma nação.

Entendemos que a projeção da imagem do negro associada à carência econômica é uma ideia presente no imaginário das pessoas brancas. Se uma pessoa negra conquista uma posição de destaque em qualquer espaço, seja na televisão, seja ocupando um lugar de chefia ou de prestígio, certamente haverá aqueles que questionarão de que modo ela o conseguiu. Ou seja, há uma imagem que constrói o negro como menos competente e, por consequência, não merecedor de obter sucesso. De forma análoga, o sucesso, as conquistas, a beleza o padrão estético têm a referência do branco que, por merecimento, é detentor das oportunidades e dos privilégios.

Nesse sentido é importante observar qual público a telenovela busca representar, para qual público as emissoras querem vender seu produto. Como disse Avancini, existe o público de interesse, a outra parcela, a grande parcela é excluída, não tem representação, pois tem a cara do Brasil e o país não quer ser reconhecido como negro. Mostrar a negritude e a pobreza seria uma ameaça, revelar o que é negado. O documentário “A Negação do Brasil” problematiza essa realidade com uma clareza.

Como foi visto, o argumento de Avancini é o de que à época não havia nenhuma atriz negra preparada para o papel, mesmo tendo entrevistado mais de oitenta delas, e que deixar uma atriz despreparada interpretar um papel tão importante seria uma temeridade para a imagem dos próprios negros, reforçando o discurso que culpabiliza o negro pelo lugar que ocupa na sociedade. Passados 37 anos atualiza-se a questão quando a telenovela *Gabriela* foi readaptada no ano de 2012, na mesma emissora. Novamente, a personagem foi protagonizada por uma atriz branca, Juliana Paes, que precisou fazer sessões de bronzamento para ficar com a pele mais escura, indicando que o racismo institucional

continua a criar obstáculos sutis ao livre exercício da profissão de atrizes e atores negros.

Compreendemos, ao longo deste artigo, haveremos exemplificado o racismo institucional como categoria presente nas práticas institucionais e nas narrativas construídas ao longo do processo histórico e transgeracional dos indivíduos no nosso país, associado, principalmente, ao “lugar” que se entende que o negro deve ocupar, no imaginário coletivo. Desse modo, As imagens dominantes no conjunto das telenovelas que foram ao ar no período de 1963 a 1997 revelaram cumplicidade da televisão com a persistência do ideal do branqueamento e com o desejo de euro-norte-americanização dos brasileiros. Mesmo considerando somente a última década, os anos 80 e 90, um período de ascensão do negro na dramaturgia da televisão, de 98 novelas produzidas pela Rede Globo (excluindo aquelas que tiveram como temática a escravidão) não foi encontrado nenhum personagem afro-descendente em 28 delas (ARAÚJO, 2000, p. 70)

Por outro lado, somos conscientes de que não há nenhuma ação concreta para regular as emissoras de televisão, no que tange a um número de atores negros que represente o povo negro nas telenovelas, nas propagandas, no jornalismo como apresentadores, ainda que o Estado pela sua própria estrutura tenha o poder de reduzir as desigualdades, as diferenças, por meio de suas políticas públicas, sem as quais, os artistas negros, como outros brasileiros, continuarão sendo preteridos nas telenovelas e nos meios de comunicação em geral.

Finalmente, consideramos de fundamental relevância estudos sobre as telenovelas, principalmente devido ao seu alcance, quer no Brasil, quer no exterior, e entendemos ser necessário novos modos de construir nas telas a(s) identidade(s) de nosso povo, heterogêneo em sua formação cultural e étnica.

## REFERÊNCIAS

ALMADA, S. Prefácio. In: BORGES, R. C; BORGES, R. (Orgs.) **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP; Brasília: ABPN, 2012.

AMADO, J. **Gabriela, cravo e canela**. São Paul, Companhia das Letras, 2012.

ARAÚJO, J. Z. Almeida de. **Negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo, Editora SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Negação do Brasil**. São Paulo Rio de Janeiro, 2000a. (Documentário em vídeo).

\_\_\_\_\_. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Rev. Estud. Fem.**. Florianópolis, v. 16, n. 3, dezembro, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000300016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300016&lng=en&nrm=iso) Acessado em: 10 abr. 2013.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (org). **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

BORELLI, Sílvia Helena. **Telenovelas brasileiras: balanços e perspectivas**. São Paulo: Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 3, julho, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300005&lng=en&nrm=iso). Acesso em 10 abr. 2013.

BORGES, R. C.; GIORGI, M. C. Discurso, propaganda estereótipos raciais: uma questão de segurança. In: MÜLLER, T; COELHO, W (orgs.) In: **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói: Editora UFF, 2014.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial**. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

FONSECA, D. J. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. Raça, o significante flutuante. In: **Revista Z Cultural** (PACC-UFRJ), Ano VIII, No.2, 2013. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significanteflutuante%EF%80%AA/> Acesso em: 24 maio 2015.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde In: **Interface** - Comunic., Saúde, Educ., v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0412.pdf> Acesso em: 20 maio 2015.

MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MUNANGA, K. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Peneb**. n.12, Rio de Janeiro/Niterói, Ed. Alternativa/Eduff, 2010.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PROENÇA FILHO, Domicio. A trajetória do negro na literatura brasileira. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 161-193, abr. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100017&lng=en&nrm=iso). Acesso: 22 maio 2015.

Recebido em: 17/03/2015

Aprovado para publicação em: 03/08/2015